



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

***PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010***

**CAMPO GRANDE/MS
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

***PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010***

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**CAMPO GRANDE/MS
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CGU – Controladoria-Geral da União
COGER/DPF – Corregedoria Geral (Sede/Brasília)
CTI/DPF – Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/Brasília)
DN – Decisão Normativa
DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
n/a – não aplicável
n/d – não disponível
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPÉ – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SR – Superintendência Regional
SR/DPF/MS – Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul
DPF/DRS – Delegacia de Polícia Federal em Dourados/MS
DPF/CRA – Delegacia de Polícia Federal em Corumbá/MS
DPF/PPA – Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS
DPF/NVI – Delegacia de Polícia Federal em Naviraí/MS
DPF/TLS – Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual	12
Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087	15
Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089	15
Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662	16
Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750	22
Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353	23
Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453	23
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	24
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	25
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354	26
Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355	27
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354	27
Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355	28
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200354	28
Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200355	28
Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – UG - 200354	29
Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores - UG - 200355	30
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010	32
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.	32
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	33
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	33
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	34
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	35
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	37
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	38

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	39
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	40
Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	41
Quadro A.13. 2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	41

SUMÁRIO

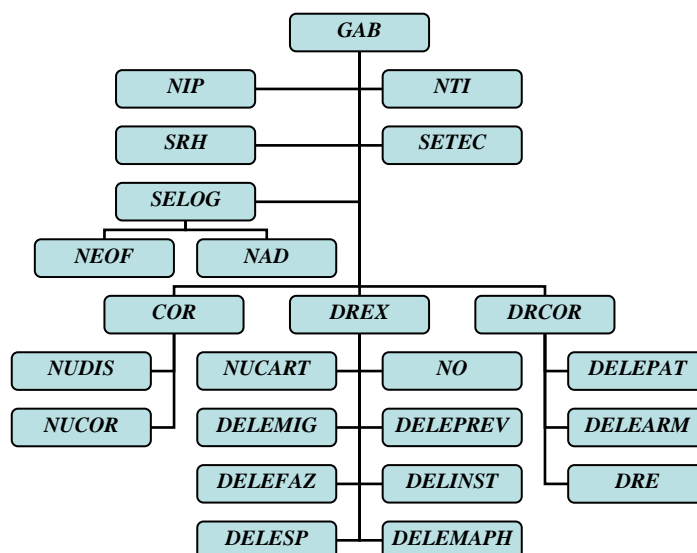
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	8
INTRODUÇÃO	9
1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	12
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	13
2.1) Responsabilidades institucionais.....	13
2.1.1) Competência institucional.....	13
2.1.2) Objetivos estratégicos	13
2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	14
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.	14
2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.	14
2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade	15
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	15
2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social.....	15
2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União.....	15
2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	16
2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	17
2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública.....	17
2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União.....	18
2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	21
2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo	22
2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal	23
2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.....	23
2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento	24
2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.....	24
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ	24
2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	25
2.4.1) Programação orçamentária da despesa.....	25
2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes	25
2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital	25
2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas	25
2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	25
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa	26
2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	26
2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	26
2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	26
2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	27
2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	28
2.4.3) Indicadores Institucionais.....	28
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	29
3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	29

3.2) Análise Crítica.....	29
4. <i>SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</i>	29
4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	29
4.2) Análise Crítica.....	30
5. <i>RECURSOS HUMANOS</i>	30
5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos	30
5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	31
5.3) Composição do Quadro de Estagiários	32
5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos	32
5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	33
5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	34
6. <i>TRANSFERÊNCIAS</i>	35
6.1) Transferências efetuadas no exercício.....	35
6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.....	35
7. <i>DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV</i>	35
8. <i>INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS</i> 35	
9. <i>SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</i>	35
9.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	35
10. <i>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</i>	37
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	37
11. <i>GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO</i>	38
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	38
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de immobilizados sob sua responsabilidade.....	40
12. <i>GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</i>	40
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	40
13. <i>UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL</i>	41
14. <i>INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS</i>	41
15. <i>DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU</i>	41
16. <i>RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</i>	41
<i>RESULTADOS E CONCLUSÕES</i>	42
<i>ANEXOS</i>	43
<i>ANEXO I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010</i>	44
<i>ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010</i>	45
<i>ANEXO III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 107/2010</i>	46
<i>ANEXO IV – MAPA ESTRATÉGICO DO DPF</i>	47
<i>ANEXO V - RESULTADOS DAS AÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA</i>	48
<i>ANEXO VI - RESULTADOS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PLANO DE METAS DO ANO 2010</i>	52

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada em seis Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e cinco Delegacias de Polícia Federal em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/MS é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 2. Núcleo de Operações – NO;
 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;
 7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
 1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
 1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
 2. Núcleo de Correições – NUCOR

INTRODUÇÃO

O Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados na parte A do Anexo II da DN-TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, transferências, declaração referente a contratos e convênios constantes no SIASG e SICONV, declaração relacionada à entrega de declarações de bens e rendas, informações quanto ao sistema de controle interno e sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação, informações quanto ao uso dos cartões de pagamento do governo federal, quanto a determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A Declaração e as Informações referentes aos itens 7 e 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão.

Os itens 14 e 17 da parte A, os itens 2 a 5 da parte B e as partes C e D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens 3, 15 e 16 do anexo II da DN TCU nº 107/2010, apesar de aplicarem à natureza da Unidade, não ocorreram no período.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul está estruturada em seis Unidades Operacionais: Sede da Superintendência em Campo Grande, e cinco Delegacias de Polícia Federal em Corumbá, Dourados, Naviraí, Ponta Porã e Três Lagoas.

O Estado de Mato Grosso do Sul faz divisa com os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, países conhecidos como produtores de cocaína e maconha, respectivamente, o que favorece o tráfico de entorpecentes e os crimes de contrabando e descaminho.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

No ano de 2010, a Superintendência Regional e suas descentralizadas deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas a atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Principais realizações da gestão no exercício:

a) aumento da quantidade de inquéritos relatados, diminuindo a demanda reprimida - em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram relatados 2.091 inquéritos policiais. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram relatados 2.762 inquéritos policiais.

b) diminuição da demanda reprimida de Inquéritos Policiais - em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 2.911 inquéritos policiais em andamento. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 1.848 inquéritos policiais em andamento.

c) diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão - ao encerramento do ano de 2009, restavam pendentes de conclusão 434 Laudos Periciais. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 144 Laudos Periciais pendentes de conclusão.

d) aumento da quantidade de cocaína apreendida - em 2009 foram apreendidos 2.517.637,50 gramas de cocaína. Em 2010 foram apreendidos 3.151.926,73 gramas.

e) aumento da quantidade de munições apreendidas - em de 2009 foram apreendidas 814 munições. Em de 2010 foram apreendidas 29.111 munições.

f) continuidade a realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, através da realização de cursos, palestras e simpósios. 06 (seis)

cursos de treinamento e desenvolvimento; 05 (cinco) cursos de reciclagem promovidos pela SR/DPF/MS; e 03 (três) cursos EAD/SENASP/ANP.

g) instalação do Centro Integrado de Combate ao crime Organizado – CICOR, cujas instalações foram concebidas de modo a promover a otimização dos trabalhos desenvolvidos pela área-fim desta Regional.

h) instalação da primeira Central de Custódia de Provas instituída no Brasil segundo os padrões internacionais de controle, visando reconhecimento internacional das perícias produzidas pelo Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Federal. A Central de Custódia de Provas é um projeto pioneiro, que visa assegurar a persecução penal, garantindo a preservação das propriedades originais dos vestígios, contraprovas e demais objetos apreendidos no curso do processo, através de armazenamento de alto nível de segurança física e climatológica, cujo acesso é permitido apenas às partes interessadas, desde que com prévia autorização da autoridade competente.

i) principais Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010:

Operação	Data	Local	Objetivo	Presos	Apreensões
Sentinela	Início em 09/03/10	Fronteira Brasil com Paraguai e Bolívia	Repressão aos crimes cometidos na fronteira do Brasil, tais como contrabando, descaminho, tráfico de drogas e armas.	-----	Operação de natureza contínua sem prazo determinado para encerramento.
Conexão	12/05/10	Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná	Desmantelar organização criminosa cuja principal atividade consiste em no tráfico internacional de drogas a partir da fronteira do Brasil com o Paraguai	12	7 toneladas de maconha, 35 kg de cocaína, 32 kg de haxixe, produtos químicos e maquinários destinados a preparação e adulteração de drogas.
Damasco	14/06/10	Campo Grande	Desarticular organização criminosa composta principalmente por servidores públicos envolvidos no tráfico de entorpecentes	4	14kg de cocaína e veículos.
Recarga	23/06/10	Campo Grande	Desmantelar organização criminosa integrada por armeiros clandestinos, que estariam vendendo, nesta capital, armas e munições de diversos calibres.	1	Armas e munições.
Formatura	29/06/10	Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, rio de Janeiro e Santa Catarina	Desmantelar organização delituosa, cujo principal atividade consiste no fato das instituições de ensino que promovem cursos à distância, mediante a confecção de documentos ideologicamente falsos.	1	Diplomas, históricos escolares, HDs, certificados, pedras preciosas e semi-preciosas.
Jaguar	20/07/10	Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná	Desmantelar organização delituosa, que consiste na atividade de abate clandestino de animais de grande porte, notadamente onças pintadas, pardas e pretas	7	Marfim, carcaças e peles de animais, além de armas, munições e troféus de animais empalhados.
Tellus	30/08/10	Mato Grosso do Sul e São Paulo	As investigações da PF identificaram irregularidades desde 2008 em sorteios de lotes dos projetos de assentamentos	20	12 veículos, sete armas (sem porte)., e cerca de setenta e nove mil reais em espécie.

Operação	Data	Local	Objetivo	Presos	Apreensões
Uragano	01/09/10	Dourados	Combater práticas de fraude à licitação, corrupção ativa e formação de quadrilha composta por servidores públicos do município.	29	Armas, documentos, dinheiro em espécie, HDs entre outros.
Vitruviano	24/11/10	Mato Grosso do Sul	Repressão a crimes de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e estelionato.	20	HDs e documentos em geral.
Quijarro	09/12/10	Mato Grosso do Sul e Santa Catarina	Desarticular organização criminosa especializada no tráfico internacional de cocaína, introduzida pela região de fronteira, entre as cidades de Corumbá e Porto Quijarro.	15	Drogas, armas e munições.

Principais dificuldades para realização dos objetivos da UJ: a escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), além da pequena dotação orçamentária destinada a esta Regional e consequente escassez de recursos financeiros.

Planos e projetos para o exercício seguinte:

a) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de inquéritos relatados, diminuindo cada vez mais a demanda reprimida no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas.

b) dar continuidade ao processo de diminuição da demanda reprimida de Laudos Periciais pendentes de conclusão.

c) dar continuidade ao processo de aumento da quantidade de cocaína apreendida.

d) dar continuidade ao processo de continuidade a realização de eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas.

e) dar prosseguimento às gestões em trâmite junto à Direção-Geral da Polícia Federal, de modo a propiciar a continuidade dos serviços contratados por esta Unidade Gestora, bem como a viabilização das obras de reforma e construção necessárias a adequação das instalações desta Sede Regional e das respectivas descentralizadas.

f) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.

g) dar continuidade a sistemática de realização de reuniões periódicas com o efetivo da Regional e das descentralizadas.

h) Manter o estreitamente das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual.

A- Conteúdo Geral

1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Quadro A.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: SR/DPF/MS			
Código SIORG: 1144	Código LOA: N/A		Código SIAFI: 200041
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(067) 3368-1101	(067) 3368-1155	(067) 3368-1100
E-mail: gab.srms@dpf.gov.br			
Página na Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande/MS, CEP 79110-503			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Dec. 77.649, de 19/05/76 - DOU. 097, de 24/05/76			
Transformada em Superintendência pelo: Dec. 70.665, de 02/06/72 - DOU. 104, de 05/06/72			
Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal;			
FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.			
Regimento Interno: Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009, publicada no D.O.U. nº 225, de 25 de novembro de 2009; Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações e orientações sobre os serviços oferecidos pela unidade se encontram disponíveis na página www.dpf.gov.br .			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200041	Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200354	Departamento de Polícia Federal (TESOURO)		
200355	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200041		200354	
200041		200355	

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas no artigo 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório; Controle de Armas; Controle de Empresas de Segurança Privada; Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes; Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras; Identificação Criminal e Civil; Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório, Serviço de Estatística Criminal, Controle de Conflitos Fundiários, Representação Externa – INTERPOL, e de Proteção à Testemunhas.

Assim, a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os Estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

2.1.2) Objetivos estratégicos

Considerando que em 2010 tivemos um ano eleitoral, tivemos como objetivo estratégico especial priorizar a área de defesa institucional, combate aos crimes eleitorais e aos desvios de dinheiro público, além do permanente combate ao tráfico de entorpecentes e crimes financeiros.

Como objetivo estratégico geral enfatizamos o combate ao tráfico de drogas, armas e munições.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Mato Grosso do Sul atuou mais notadamente na repressão ao tráfico de drogas, armas e munições, bem como na resolução pacífica das questões agrárias envolvendo as demandas indígenas.

Cabe salientar, que na questão repressão ao tráfico de entorpecentes esta regional atingiu marca histórica na apreensão de cocaína (3.1 toneladas).

Foi implementado a reestruturação dos núcleos de inteligência com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Outro importante avanço na área de polícia judiciária foi a criação da Central de Custódia de Provas, que proporcionará maior segurança jurídica na guarda do material arrecadado e apreendido no interesse das investigações e processos em curso.

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

A partir da indicação dos objetivos estratégicos apresentados pela Direção-Geral do DPF esta Regional realizou reuniões com as chefias visando indicar as melhores práticas para alcançar aqueles objetivos. Dentre as alternativas pode-se destacar a melhoria na comunicação entre as chefias e destas com seus subordinados, via sistema informatizado “spark”, bem como sistema de pedido de informação, disponível aos chefes de Delegacias, visando acesso “on line” com o Setor de inteligência dessa Regional. O uso desse sistema, mais uma vez resultou na diminuição de gastos com combustíveis, diárias e oficina, e mais rapidez na conclusão das investigações.

Não olvidando a importância desta Regional no combate ao tráfico de drogas, por ser este Estado do Mato Grosso do Sul a porta de entrada de entorpecente no território nacional, entendeu-se que também seria necessário melhorar a atuação desta Regional no Combate à Corrupção e aos crimes contra o Meio Ambiente. Essas áreas foram reforçadas, tanto com pessoas como com equipamentos, desenvolvendo novas técnicas de investigação. O resultado desse direcionamento foi plenamente positivo, conforme demonstrado no quadro das Operações Policiais desenvolvidas no exercício de 2010.

Tratando-se de área de fronteira, se tornou de suma importância a inserção internacional da Polícia Federal junto aos países limítrofes. No caso desta Regional era imperativa a necessidade de integração entre o Estado Brasileiro e os países vizinhos Paraguai e Bolívia, limítrofes ao Estado do Mato Grosso do Sul. Nesse sentido os acordos firmados entre o Brasil e o Paraguai, visando cooperação técnica, troca de informações e operativos conjuntos, inclusive com agentes de enlances atuando em ambos os Estados, além do acordo internacional com a Bolívia, nos mesmos moldes, repercutiram de forma plenamente positiva, restando comprovada a diminuição na apreensão de “maconha”, já que esta Regional colaborou na erradicação daquela droga no território Paraguaio e o aumento de apreensão de cocaína, resultado da troca de informações com a Polícia Nacional da Bolívia.

Outra estratégia implantada e que merece destaque é a atuação da área de inteligência e análise. Foram programadas reuniões para padronizar a atuação dessas áreas bem como unir todo o efetivo em um mesmo espaço através da implementação e reestruturação dos núcleos de inteligência com a instalação do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, que abriga todas as unidades de inteligência em um único local, visando otimizar meios lógicos, estruturais e de pessoal.

Assim, temos evidente que o plano de ação desta Regional é plenamente positivo e eficiente face aos objetivos delineados.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	7.689,47	7.010,43	679,04	7.010,43	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a diárias e passagens descentralizadas, de forma extraordinária, para utilização em viagens vinculadas a cursos e encontros solicitados pela DPREV/CGPFAZ/DIREX.

2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	11.879,08	11.879,08	-	11.879,08	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fórmula de Cálculo do Índice
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social
Análise do Resultado Alcançado
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

Os créditos utilizados neste programa estão relacionados a auxílio funeral concedido a servidor aposentado desta Superintendência Regional em agosto de 2010.

2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade

Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	4.027.905,65	3.890.267,15	137.638,50	3.890.267,15	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício ²	Índice atingido no exercício ³
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
Análise do Resultado Alcançado						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; a referência inicial desta SR/DPF/MS é de 101 dias, obtida no Relatório de Gestão de 2009, não sendo estipulado um índice a ser atingido para esta regional.						
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	127%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; a referência inicial desta SR/DPF/MS é de 92,8%, obtida no Relatório de Gestão de 2009, e o índice previsto de 120% decorre de orientação da COGER/DPF. O resultado, portanto, superou a meta traçada devido aos esforços empreendidos pelos diversos servidores envolvidos no processo investigatório.						

Fonte: SIGPLAN, SISCART e CTI

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A "Referência" e o "Índice previsto no exercício" informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a esta SR/DPF/MS.

³ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência. O índice 1 seria informado pela Coordenação de Tecnologia da Informação (Sede/DF), mas não o foi, e o índice 2 foi extraído pela COR/SR/DPF/MS.

Os créditos orçamentários utilizados no programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade tem a finalidade de atender as ações de caráter sigiloso na área de segurança pública, prevenção e repressão a crimes contra bens e serviços de interesse da união e fiscalização e controle de empresas produtoras e que transportam e comercializa precursores químicos. Consta-se um alto grau de execução dos valores destinados a este programa, sendo que a relação entre despesas liquidadas e empenhadas é de 96,58%. No exercício de 2010, houve um contingenciamento de 40%, no atividade 2726, em que dificultou o planejamento e execução, sendo que os valores foram descontingenciados no final do exercício.

2.3.1.3.1) Ação 2679 – Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

O valor executado nesta ação foi de R\$ 312.792,65 e relaciona-se à aquisição de materiais permanentes e despesas com viagens.

No ano de 2010, deu-se continuidade à Operação Sem Fronteiras, mediante duas fases: entre 21 e 25 de junho, bem como entre 25 a 29 de outubro.

Em ambas as fases, os trabalhos desenvolvidos ensejaram a execução de barreiras fixas e móveis na área de fronteira, otimizando a presença ostensiva. Inúmeros carros, ônibus e caminhões foram abordados e pessoas revistadas, diuturnamente e em horários distintos, justamente para surpreender possíveis traficantes. Além disso, diversas mercadorias sem documentação comprobatória de sua regular entrada no país foram apreendidas e, imediatamente, encaminhadas à Receita Federal para as providências pertinentes.

Na última fase da Operação Sem Fronteiras, no município de Ponta Porã/MS, por ocasião de barreiras fixas, foram apreendidas as seguintes drogas e instaurados, naquela Delegacia de Polícia Federal, os seguintes apuratórios:

Droga	Quantidade	Data	IPL nº
Cocaína	1kg	27.10.2010	635/2010
Maconha	43g	29.10.2010	634/2010

Foi realizado, também, o trabalho administrativo de atendimento a empresas que buscam seu credenciamento junto ao DPF para a comercialização e uso dos produtos químicos controlados por este órgão. As empresas sujeitas a controle de produtos químicos apresentaram a seguinte estatística:

- 1) Total de empresas cadastradas100
- 2) Empresas que renovaram a licença74
- 3) Empresas com cadastro inicial em 201020
- 4) Empresas que pediram cancelamento2
- 5) Empresas inativas4
- 6) Empresas notificadas8

Fonte: Arquivo físico DRE/SR/DPF/MS.

2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

O valor executado nesta ação foi de R\$ 250.265,09. Em Mato Grosso do Sul, na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso o controle é efetuado basicamente pelo Núcleo de Inteligência Policial (NIP) e predomina a utilização de Suprimento de Fundos, principalmente, em razão desta forma excepcional de execução da despesa que permite a manutenção do sigilo na consecução das ações de inteligência das respectivas operações policiais aprovadas e no pagamento de despesas diversas que exigem sua pronta quitação e não podem esperar o procedimento ordinário de execução, conforme previsão legal. Várias operações policiais fazem uso de recursos oriundos do Plano de Ação de Caráter Sigiloso.

Nesse sentido, durante o ano de 2010 foram realizadas diversas operações nos âmbitos de atuação do Departamento de Polícia Federal e suas diversas competências no campo de polícia repressiva e judiciária.

Cabe ressaltar que a utilização do suprimento sigiloso subsidia as ações de repressão ao tráfico de entorpecente, armas e combate à lavagem de dinheiro (no âmbito das Delegacias vinculadas à DRCOR), combate ao contrabando e ações deletérias ao meio ambiente (no âmbito das Delegacias vinculadas à DREX). No ano em tela, ocorreu também o fornecimento de suprimento de caráter sigiloso em apoio à denominada Operação Sentinela, ocorrida neste Estado.

No segmento de Inteligência Estratégica, no decorrer de 2010, visando apoiar as diversas operações ordinárias de toda a Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul, foram elaborados 58 Relatórios de Inteligência, 04 Pedidos de Inteligência, 15 Relatórios de Investigação Social, 12 Relatórios de Contra-inteligência, 52 Pedidos de Contra-inteligência, além de 165 Ofícios e 155 Memorandos. Ressalta-se que a maioria dos documentos produzidos, devido a sua natureza, são classificados como confidenciais.

Cumprir dizer ainda que durante o ano de 2010, previa-se a expansão do espaço físico deste Núcleo, o que não ocorreu em face do contingenciamento da rubrica referente à atividade. Ainda apurou-se dificuldade com relação a material humano, visto que a carência nessa área é fato corrente dentro do âmbito do DPF, o que levou à superação do Servidores deste Núcleo na execução dos seus trabalhos.

2.3.1.3.3) Ação 2726 – Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

O valor executado nesta ação foi de R\$ 3.452.207,91, sendo operacionalizada pelas delegacias DRCOR e DREX, com apoio técnico do SETEC e do Núcleo de Identificação (NID).

No âmbito da DRCOR, cabe relatar:

- o contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários para o custeio de diárias dos servidores dificultou as ações policiais e algumas, inevitavelmente, restaram-se prejudicadas.
- Consolidada a estrutura da DRCOR no que tange a recursos humanos e materiais, mediante o remanejamento servidores para otimizar a distribuição do efetivo policial e administrativo disponível. Tal medida implicou na implementação de um Núcleo de Operações conjunto entre DELEARM e DELEPAT.
- A DELEARM foi estruturada visando atender a nova legislação de regularização e controle de armas – Campanha do Desarmamento e Federalização dos Portes de Armas com a criação do Sistema Nacional de Armas – SINARM.
- Criado oficialmente o Grupo de Repressão a Crimes Financeiros – GRFIN.
- As instalações da DRE foram adequadas e integradas às bases de inteligência, mediante a construção do Centro Integrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, com recursos provenientes da SENAD/MJ, para integrar as todas as bases de inteligência, otimizando a organização e o intercâmbio de informações de inteligência.
- Celebração do Acordo de Cooperação Brasil-Bolívia – aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Corumbá/MS e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados na Bolívia.
- Celebração do Acordo Brasil-Paraguai – aumento na aumento da fiscalização e investigações de inteligência na região da cidade de Ponta Porã/MS e intercâmbio entre os dois Países, visando cooperação mútua, treinamentos e trocas de informações no combate ao tráfico de drogas e armas, bem como viabilizar acordos de extradição de traficantes refugiados no Paraguai.

- Operação Nova Aliança – retomada das operações conjuntas com a SENAD/PY, para o combate ao plantio e ao tráfico de maconha e outras drogas na região de fronteira com o Paraguai.
- Operação Sentinela – Coordenada pela DCOR/DPF, de âmbito nacional, empregando parte do efetivo desta Regional, interna e externamente, contando ainda com o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, intensificou o combate ao Crime Organizado no Estado de Mato Grosso do Sul.
- Resultados
 - A) Entorpecentes – apreensões:**
 - 1) Cocaína – 3,151 toneladas (maior quantitativo apreendido nos últimos 10 anos no Estado de Mato Grosso do Sul)
 - 2) Maconha – 35,6 toneladas
 - 3) Haxixe – 27,13 quilos
 - 4) Crack – 9,9 quilos
 - 5) Ecstasy - 97 comprimidos
 - 6) 469 presos
 - 7) 582 inquéritos instaurados
 - B) Lavagem de dinheiro**
 - 1) 75 inquéritos instaurados
 - 2) Valores apreendidos/bloqueados: R\$ 14.000.000,00, US\$ 480.000,00
 - C) Crimes contra o patrimônio:** 39 inquéritos instaurados.
 - D) Armas e munições**
 - 1) 34 inquéritos instaurados
 - 2) 231 armas apreendidas
 - 3) Mais de 27.000 munições de diversos calibres apreendidas
 - 4) Registro de armas novas: 1444
 - 5) Cadastramento de armas: 8119
 - 6) Armas Furtadas/Roubadas: 41
 - 7) Portes de Armas Deferidos: 02
 - 8) Porte de Armas Indeferidos:41

Já no âmbito da Delegacia Regional Executiva – DREX, é oportuno pontuar:

- Tal qual observado na Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, o contingenciamento de recursos determinado pelo Governo Federal também atingiu DREX-SR/DPF/MS, limitando especialmente a realização de missões que demandavam gastos extraordinários e/ou viagens ao interior do estado e fora dele. A redução de recursos atingiu também as ações de polícia administrativa deflagradas por Delegacias vinculadas DREX, reduzindo, sobretudo, o número de fiscalizações a bancos e empresas de segurança instaladas em zonas distantes daquelas onde estão estabelecidas as respectivas Delegacias. Contudo os impactos foram minimizados tanto na atuação de polícia judiciária quanto na de polícia administrativa mediante a reorganização operacional daquelas missões, ora abreviando-se o tempo de duração daquelas missões, ora priorizando a adoção de ações de maior impacto na criminalidade, ou daquelas cujo adiamento poderiam comprometer a eficiência e eficácia do trabalho policial. Dessa forma, foi possível alcançar resultados satisfatórios tanto nos procedimentos fiscalizatórios quanto no combate a crimes federais.
- Visando otimizar a utilização do baixo efetivo, tanto policial quanto administrativo, foram realizadas novos remanejamentos de pessoal em todas as Delegacias e Núcleos subordinados a DREX, sempre visando as ações prioritárias antes mencionadas.

- Atendendo demanda antiga da Infraero, que solicitava incremento do número de policiais federais no Aeroporto Internacional de Campo Grande, foi instalado naquele espaço um núcleo operacional, para o qual foram remanejados servidores que atuavam na área investigativa e operacional da Delegacia de Migração da SR/MS. Tais servidores continuaram a exercer suas atividades habituais, porém, face à proximidade dos servidores com as questões de segurança aeroportuária, foi possível uma melhor e mais ágil atuação do DPF naquele aeroporto, sem aparente prejuízo às atividades corriqueiras da delegacia.
- A DREX fez gestões internas e externas no sentido de buscar a capacitação de seus servidores, e em atuação conjunta e sinérgica com os demais setores da unidade, participou de cursos de utilização de equipamentos sensíveis, técnicas operacionais, direção defensiva, defesa pessoal, operação de fuzil, dentre outros.
- Foram realizadas diversas reuniões com representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público (Federal e Estadual) visando aperfeiçoar as ações comuns àquelas instituições.
- Buscando promover uma visão multifacetada da Segurança Pública bem como incrementar o inter-relacionamento institucional e a redução de entraves no combate à criminalidade, foram realizadas reuniões com os dirigentes de órgãos e agências federais, em especial da ANATEL, PRF, SRF, CEF, INCRA, IBAMA, FUNAI, dentre outros.
- Foram promovidas reuniões constantes com o efetivo, aumentando a reprodução das idéias e rumos traçados pela Administração, bem como a adesão aos projetos por ela implementados. Aumentou-se ainda o “feed-back” dos servidores, possibilitando a redução da insatisfação funcional, tanto pessoal quanto coletiva.
- Promoveu-se a reorganização do “layout” de Delegacias e Núcleos voltados ao atendimento ao público (DELEMIG, DELESP, DELEARM, Corregedoria e Protocolo), facilitando o acesso da população aos serviços oferecidos pelo DPF e aumentando-se o controle do acesso de pessoas e funcionários às áreas sensíveis desta unidade, com reflexos na segurança orgânica da instituição.
- A DELINST promoveu diversas palestras em aldeamentos indígenas visando orientar aquelas comunidades acerca das providências a serem adotadas em face da criminalidade local e/ou dos problemas sociais que os acometem, resultando no esclarecimento das ações policiais na região, bem como na entrega voluntária de armas de fogo, diminuindo-se as tensões na região e contribuindo para contenção de ações com potencial violência.
- Em atendimento às metas do órgão central, empenhou-se esforço de todo o efetivo na redução do número de inquéritos policiais em todas as delegacias afetas à DREX.
- Promoveu-se a ampliação e adequação do espaço físico e mobiliário da DELEFAZ, DELEPREV e DELEMAPH, conforme metas estabelecidas nos anos anteriores.
- Como resultado da política de aproximação com os demais órgãos públicos, a DELINST foi agraciada com a doação de uma caminhonete 4x4 em uma Transação Penal intermediada pela Procuradoria Regional do Trabalho em Campo Grande.
- Conquanto trate-se de missão sazonal e de caráter extraordinário, devemos ainda neste relatório destacar o auxílio prestado ao TRE na segurança ao pleito eleitoral de 2010 - com deslocamento de grande efetivo policial, todo ele recrutado dentro do próprio Estado - cujos resultados foram objeto de elogios por parte do Tribunal e dos juízes eleitorais do interior do Estado.
- Os resultados alcançados pelas diversas delegacias e setores vinculados à DREX estão apresentados no Anexo V.

O Setor Técnico Científico (SETEC), responsável pelas perícias criminais, com uma representação na Delegacia de Dourados, apresentou os seguintes resultados relacionados à produção e à redução das pendências mais antigas na elaboração de Laudos (quanto menor os resultados melhor), metas estas estipuladas pela INC/DITEC:

SETEC/SR/DPF/MS			UTEK/DPF/DRS/MS		
Laudos Periciais: 1.937 Informações técnicas: 80 Pareceres Técnicos: 1			Laudos Periciais: 904 Informações técnicas: 10 Pareceres Técnicos: 1		
Pendências (idade)	31/12/2010		Pendências (idade)	31/12/2010	
	Meta	Resultado		Meta	Resultado
≤ 3m		122	≤ 3m		75
≤ 6m		19	≤ 6m		73
≤ 1a		3	≤ 1a		7
≤ 2a		0	≤ 2a		1
>2a		0	>2a		0
Total	163	144	Total	100	156
Antigas (Acima 6 meses)	24	3	Antigas (Acima 6 meses)	16	8
Antigas %	14,72	2,08	Antigas %	16	5,13

Já o NID, que não consta formalmente na estrutura desta SR, realizou as seguintes atividades:

	Total
Identificação	531
Perícias Papiloscópicas	117
Informações Técnicas	20
Laudos Papiloscópicos	97

Não há metas estabelecidas para esse setor especificamente. Metas estabelecidas para o SETEC incluem o NID/MS.

Com a falta de servidores no interior, há acúmulo de documentos aguardando providências, já são atendidas as demandas da SR/DPF/MS e das Delegacias do interior.

Durante o ano de 2010 os papiloscopistas lotados no NID também trabalharam em 06 (seis) sindicâncias e (04) quatro Processos Administrativos.

2.3.1.3.4) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

O valor executado nesta ação foi de R\$ 12.640,00, o qual foi utilizado nas seguintes ações:

Nome do curso	Período	Local	Inscrições
PHP, MYSQL e WEB DEVELOPER	60 horas	EAD	R\$ 1.100,00
XI Seminário Nacional de Documentoscopia	11 a 14/05/2010	Cuiabá-MT	R\$ 1.600,00
XI Seminário Nacional de Documentoscopia	12 a 14/05/2010	Cuiabá-MT	R\$ 800,00
VI Curso de Pós-Graduação em Direito Penal Econômico e Europeu	29/07 a 18/09/2010	São Paulo-SP	R\$ 3.410,00
Terceirização e Elaboração de Planilha de Custos	23 a 24/06/2010	Campo Grande-MS	R\$ 1.690,00
Participação no IX Seminário Nacional de Perícias de Identificação de Veículos	24 a 27/08/2010	Goiania-GO	R\$ 450,00

Cursos de Reciclagem

Objeto	Início	Término	Local
Treinamento em Pistola	Março	Junho	SR/MS
Operador de Fuzil	9/8/10	19/8/10	SR/MS
Treinamento em Pistola	18/10/10	29/10/10	DPF/DRS/MS
Treinamento em Pistola	21/11/10	27/11/10	DPF/CRA/MS
Básico de Orientação e Navegação Terrestre	20/9/10	28/9/10	SR/MS

Cursos EAD-SENASP/ANP

MÊS	CICLO	Nº PARTICIPANTES
Janeiro	18º	76
Julho	19º	116
Dezembro	20º	76
TOTAL		268

2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Gerente: não possui				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Gestão	Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
	Inicial	Final				
200354	n/a	n/a	8.789.128,95	8.157.917,60	631.211,35	8.157.917,60
200355	n/a	n/a	12.265,75	12.265,75	0,00	12.265,75
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo com a finalidade de proporcionar apoio adequado aos trabalhos da atividade operacional da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal. A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos desta Regional.

Com a finalidade de aprimorar os controles existentes e de criar uma ferramenta que subsidie a gestão dos fiscais de contratos foi desenvolvido o aplicativo WAL o qual consta informações de todos os contratos desta SRMS que vão desde formalizações até o controle orçamentário e financeiro. No exercício de 2010, também foi desenvolvido o sistema informatizado de controle de acesso das viaturas o qual propiciou controle mais efetivo sobre a frota da Superintendência.

No que se refere às dotações orçamentárias destinadas a esta UG verifica-se que estas são insuficientes tendo em vista as atividades que a Polícia Federal tem que desenvolver. Este fato termina impactando de forma negativa as atividades operacionais principalmente nas fronteiras com o Paraguai e Bolívia.

2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça.						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro				Responsável: n/d		
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	278.451,47	235.919,86	42.531,61	235.919,86	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

A Superintendência Regional em Mato Grosso do Sul executou recursos da Ação 8979 (Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal) e se refere a reforma de parte do edifício da Regional, que tem mais de 30 anos, contemplando a reforma do telhado da Superintendência, que vinha sendo acometida por vários episódios de vazamento de origem pluvial, deteriorando móveis e equipamentos da mesma, e a recuperação do telhado da garagem de viaturas oficiais da Superintendência que foi destruído por chuvas torrenciais no ano de 2009.

As reformas foram executadas mediante o Contrato nº 11/ 2010- SR/DPF/MS - início no dia 23/08/2010 e término no dia 31/12/2010, firmado com a empresa BALDRAME ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.

2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça						
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social						
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva				Responsável: n/d		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação ¹		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	383.568,73	220.291,90	163.276,83	220.291,90	

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/MS.						

Fonte: SIGPLAN

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.1.6.1) Ação 8375 – Campanha de Desarmamento

O valor empenhado nesta ação foi de R\$ 31.289,12 e se destinou a promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.

- Armas Entregues: 188
- Valores Pagos em Indenização: R\$18.300,00

2.3.1.6.2) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

O valor empenhado nesta ação, originada de crédito extraordinário, foi de R\$ 352.279,61 auxiliando o enfrentamento ao crack e outras drogas mediante o custeio e manutenção de operações na fronteira (viagens, material e serviços), o que auxiliou no andamento dos trabalhos diante da restrição orçamentária.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
200354	09	271	0087	8452	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	272	0089	0181	OP	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	09	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

UG	Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação ¹	Prioridade ²	Unidade de Medida	Meta ³ prevista	Meta ³ realizada	Meta ³ a ser realizada em 2011
	06	422	1453	20EV	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	422	1453	8375	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
200355	06	125	0662	2679	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	183	0662	2720	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	0662	2726	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	128	0662	4572	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	122	0750	2000	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a
	06	181	1353	8979	A	n/d	Unidade	n/a	n/a	n/a

Fonte:SIGPLAN

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ A UJ opera apenas como executora das ações. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF

Tendo em vista que a SR/DPF/MS atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF e que não houve por parte da Sede a regionalização das referidas metas, a execução física das ações realizadas pela UJ está apresentada, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Departamento de Polícia Federal	30108	200354
Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL	30909	200355

2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	2000	9.188,33	-	8.493.198,13
		0181	11.879,08	-	-
		20EV	-	-	450.194,41
		8375	-	-	36.208,89
		8452	-	-	8.051,39

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Recebidos	200355	2000	-	-	12.265,75
			2679	-	-	171423,7
			4572	-	-	12.640,00
			2726	-	-	3.589.636,33
			2720	-	-	210.245,95
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200354	2000	299.737,88	-	-
		200355	2679	179.379,36	-	-
			8979	278.451,47	-	-
			2720	40.019,14	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A SR/DPF/MS somente recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora sendo que para a rubrica investimentos foi recebido R\$ 797.587,85. Deste montante, R\$ 278.451,47 foram para a reforma do telhado da Superintendência, sendo o restante investido em computadores e um grupo gerador.

No que se refere às despesas correntes estas totalizaram R\$ 12.983.864,55 no exercício de 2010. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos já assinados com seus fornecedores, sem ampliação, não atendendo assim a demanda existente tanto de novos contratos como de aditivos para os já existentes.

2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica à unidade jurisdicionada.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	467.566,56	489.510,48	467.566,56	489.510,48
Pregão	4.545.518,81	4.658.133,93	4.545.518,81	4.658.133,93
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	613.717,74	884.530,27	613.717,74	884.530,27
Inexigibilidade	333.690,42	355.055,55	333.690,42	355.055,55
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha ¹	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	228.935,14	525.037,82	228.935,14	525.037,82
Outras	404.730,30	1.463.763,55	404.730,30	1.463.763,55

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Quadro A.2.11.2 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355 Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	539.443,23	235.919,86	539.443,23	235.919,86
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	93.680,00	46.334,36	93.680,00	46.334,36
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	163.737,35	4.300,00	163.737,35	4.300,00
Inexigibilidade	-	3.830,00	-	3.830,00
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	216.587,34	276.000,41	216.587,34	276.000,41
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	n/a	n/a	n/a	n/a
Diárias	2.740.458,53	3.542.470,23	2.740.458,53	3.542.470,23
Outras	2.858,09	29.597,90	2.776,19	29.597,90

Fonte: SIAFI Gerencial

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

Observa-se um incremento nos recursos utilizados em diárias, ocasionado em parte, pelo aumento do seu valor.

Já o incremento apresentado no item “Outras” refere-se, basicamente, às diversas remoções com ajuda de custo concedidas aos servidores participantes do concurso de remoção ocorrido em meados de 2010.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200354 Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - Outros benefícios assistenciais	10.524,78	21.067,41	-	21.067,41	-	-	10.524,78	21.067,41
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
39 – Outros sv de terceir. PJ	1.703.089,94	2.781.332,29	1.673.204,00	2.481.886,36	29.885,94	299.445,93	1.668.100,88	2.481.886,36

30 – Mat. consumo	1.710.952,73	1.877.025,66	1.676.837,32	1.607.578,74	34.115,41	269.446,92	1.676.837,32	1.607.578,74
37 – Locação de mão de Obra	2.224.186,57	1.699.943,76	2.138.495,46	1.643.005,91	85.691,11	56.937,85	2.138.495,46	1.643.005,91
Demais elementos do grupo	1.112.145,17	2.513.159,23	1.054.454,38	2.398.144,60	57.690,79	115.014,63	1.054.454,38	2.398.144,60

Fonte: SIAFIGerencial

Quadro A.2.12.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – UG 200355

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
14 – Diárias pessoal Civil	2.740.458,53	3.542.470,23	2.740.458,53	3.542.470,23	-	-	2.740.376,63	3.542.470,23
36 – Outros sv de terceir. PF	108.211,51	195.804,77	108.211,51	195.721,27	-	83,50	108.211,51	195.721,00
39 – Outros sv de terceir. PJ	72.106,63	43.872,59	57.960,77	39.362,59	14.148,86	4.510,00	57.960,77	39.362,59
Demais elementos do grupo	212.095,15	38.625,31	192.207,95	38.625,31	19.877,20	-	192.207,75	38.625,41

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200354

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Eq. Mat. Permanente	223.045,26	299.733,88	51.167,81	245.415,99	171.877,45	245.415,99	51.167,81	543.21,89
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.2.13.2 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação - 200355

Valores em R\$
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
51 – Obras e instalações	2.114.525,32	278.451,47	539.443,23	235.919,86	1.575.082,09	4.253,61	539.443,23	235.919,86
52 – Eq. Mat. Permanente	138.583,55	219.398,50	118.482,55	86.353,50	20.101,00	133.045,00	118.482,55	86.353,50
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

No que se refere a investimentos relacionados a obras e instalações observa-se uma drástica redução de empenhos na aplicação de recurso que totalizou R\$ 1.836.073,85. Fato que afeta negativamente a atividade operacional da Polícia Federal, uma vez que delegacias como Ponta Porã e Corumbá necessitam de investimentos em estrutura física para melhor comportar suas demandas operacionais e de ambiente de trabalho.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Diante da grande dificuldade de se estabelecer indicadores de desempenho na instituição, tendo em vista as infinitudes de atribuições e de processos, bem como, a necessidade de se padronizar tais indicadores em todas as unidades da Polícia Federal, esta Regional não possui tais elementos institucionalizados.

Para resolver os problemas acima expostos, a Direção Geral contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV – para mapear os processos da instituição e estabelecer indicadores de desempenho para todo do departamento, visando a elaboração de uma instrução normativa para definir os métodos e os responsáveis para gerenciar cada indicador. Salienta-se que tal necessidade foi motivo de cobrança através do Acórdão nº 552/2009-TCU – 1ª Câmara, tendo as providências solicitadas a Direção Geral através do Ofício nº 10395/09-GAB/SR/DPF/MS.

Como não foram apresentados tais indicadores foi questionada a Sede em Brasília, por meio de contato com o Escritório de Planejamento Estratégico, o qual remeteu a seguinte informação:

“[...] o contrato com a FGV foi interrompido e não chegou a gerar resultados práticos. Em relação a novas iniciativas o CIGE (Centro Integrado de Gestão Estratégica) tem estudado sobre indicadores e neste momento estão sendo propostos, com a participação de representantes de todas as Diretorias, indicadores de desempenho e metas para 4 Objetivos do Mapa Estratégico do Ministério da Justiça que ficaram sob responsabilidade da Polícia Federal.

Em seguida a este trabalho o CIGE, com a participação dos representantes das Diretorias, irá iniciar o trabalho para propor indicadores e metas para o Mapa Estratégico da Polícia Federal (vide <http://intranet.dpf.gov.br/cige/servicos/escritorio-de-planejamento-estrategico-epes/MapaEstrategicoPF.pdf>) de forma alinhada com o proposto para o MJ, sendo um passo posterior o desmembramento do nosso Plano estratégico (vide página do CIGE na intranet <http://intranet.dpf.gov.br/cige>) para os Planos Táticos e Planos Operacionais e que com certeza atingirá toda a Polícia Federal.

Temos ainda em relação aos indicadores o trabalho de revisão dos indicadores e metas para os Planos e Ações que serão propostos no PPA 2012-2015 que está sendo feito por um Grupo de Trabalho[...]”

O mapa estratégico mencionado na informação acima encontra-se no Anexo IV.

A fim de minimizar tal carência, esta Superintendência Regional possui um plano de metas próprio, que se encontra apresentado no Anexo VI.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não existem dados a serem apresentados, tendo em vista que as contas 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 (conforme orientação do TCU) não apresentaram qualquer movimentação no Sistema Integrado de Administração Financeira.

3.2) Análise Crítica

Nada a ser analisado.

4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores – Valores em R\$ 1,00 UG - 200354

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	-	-	-	-
2009	5.093,12	5.093,12	-	-
2008	1.025,65	-	-	1.025,65
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	795.167,22	7.995,15	189.569,30	597.602,77
2009	379.260,70	62.823,84	316.436,86	-
2008	663.708,40	231.402,26	432.306,14	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro A.4.1.2 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores -
UG - 200355

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	-	-	-	-
2009	81,90	81,90	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	180.170,11	83,50	111.136,61	68.950,00
2009	1.629.216,15	13.580,00	1.615.636,15	-
2008	480.134,47	-	413.822,71	66.311,76

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.2) Análise Crítica

No que se refere aos restos a pagar verifica-se que ocorreu um decréscimo nos montantes inscritos tanto nos exercícios de 2008 como no de 2009. O referido decréscimo decorre de cancelamentos e pagamentos efetuados após a liquidação dos mesmos, conforme pode ser observado nos quadros acima.

5. RECURSOS HUMANOS

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	505	505	54	76
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	505	501	54	76
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	505	501	54	76
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		4		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas		24		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		24		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		505		

Fonte: SIAPE e QCP.

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	88	253	126	33	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	88	253	126	33	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2. Provedimento de cargo em comissão			18	10	
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			3	1	
2.3. Funções gratificadas			15	9	

Fonte: SIAPE E ARQUIVOS SERVIDORES

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo				5	50	448	1	1	
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				5	50	448	1	1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas						23		1	

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE E ARQUIVO SERVIDORES

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	84	5
1.1 Voluntária	69	5
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	15	
1.4 Outras		
2 Proporcional	8	
2.1 Voluntária	1	
2.2 Compulsório	1	
2.3 Invalidez Permanente	6	
2.4 Outras		5

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	46	4
2. Proporcional	1	

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Esta UJ não aplica recursos na contratação de estagiários.

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	55.491.884,98							55.491.884,98
2009	64.866.327,34							64.866.327,34
2010	64.418.122,56							64.418.122,56
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008								
2009								
2010								
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	134.921,68							134.921,68
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Direção e Assessoramento Superior								
2008	91.124,5							91.124,5
2009	74.802,24							74.802,24
2010	74.115,2							74.115,2
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	72.115,81							72.115,81
2009	82.789,98							82.789,98
2010	82.731,93							82.731,93

Fonte: SIAPE

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
 Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/MS													
UG/Gestão: 200041/200354						CNPJ: 00.394.494/0084-63							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	06/2008	43.423.003/0001-40	01/01/08	31/01/10			22	24			E
2010	V	O	04/2010	08.812.112/0001-30	01/02/10	31/12/11			24	24			P
2011	L	O	04/2011	10.692.767/0001-82	01/01/11	31/12/11	26	26					A

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Hauptenthal, Mat 11.707,

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SR/DPF/MS													
UG/Gestão: 200041/200354						CNPJ: 00.394.494/0084-63							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	14/2007	00.482.840/0001-38	20/03/07	31/12/11	2	2					P
2007	3	O	14/2007	00.482.840/0001-38	20/03/07	31/12/11	1	1					P
2008	1	O	17/2008	03.514.206/0001-28	20/11/08	31/12/11			24	16			P
2011	4	O	02/2011	03.514.206/0001-28	01/01/11	31/12/11	3	3					A

Observação: Quanto às medidas adotadas pela UJ para dar cumprimento ao Acórdão TCU n.º 1.520/2006-P, a UJ não tem autonomia para a substituição de terceirizados por servidores, esta providência cabe à Sede do DPF, que controla o quadro geral de contratados.

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
 3. Serviços de Copa e Cozinha;
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
 7. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal, Mat 11.707

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
14/2007	3	1	SR/DPF/MS
	1	2	SR/DPF/MS
17/2008	1	16	DELEMIG/SR/DPF/MS
04/2010	8	8	SR/DPF/MS
	8	8	DPF/DRS/MS
	8	2	DPF/NVI/MS
	8	2	DPF/PPA/MS
	8	2	DPF/CRA/MS
	8	2	DPF/TLS/MS
02/2011	4	3	SR/DPF/MS
4/2011	7	13	SR/DPF/MS
	7	5	DPF/DRS/MS
	7	2	DPF/NVI/MS
	7	2	DPF/PPA/MS
	7	2	DPF/CRA/MS
	7	2	DPF/TLS/MS

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Dados fornecidos pelo Gestor de contratos – Marcelo Ricardo Haupenthal, Mat 11.707

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Absenteísmo

Durante o ano de 2010, ocorreram 7.456 dias de ausências por LTS, o que representa quase 15 dias de afastamento por servidor no ano.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

- a) LER (05)
- b) 01 Processo Especial de Acidente de Serviço aprovado.

- Rotatividade (turnover)

Ocorreu durante o ano o ingresso de 54 servidores, em virtude de nomeação (ingresso) e 63 desligamentos (egresso), em virtude de remoções (57), falecimentos (3) e vacâncias (3).

- Educação Continuada

Informação sob a responsabilidade do T & D, presente no item 2.3.1.3.4.

- Satisfação e Motivação

Instituição da Atividade Física obrigatória, IN 36 DG/DPF, de 13/08/2010.

- Disciplina

O acompanhamento disciplinar está a cargo da COR/SR/MS que apresentou a seguinte estatística:

Tipo	SR/DPF /MS	DPF/CR A/MS	DPF/DRS /MS	DPF/NVI /MS	DPF/PPA /MS	DPF/TLS /MS	Total
Sindicância Investigativa	41	10	-	5	10	2	68
Sindicâncias Punitiva	1	-	-	-	-	-	1
Processos Disciplinares	12	1	3	1	-	-	17
Total de procedimentos instaurados	54	11	3	6	10	2	86

- Desempenho funcional

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos desta forma:

- 1) Policiais: Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- 2) Administrativos: Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

- Níveis Salariais

- a) Policiais: 4 Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;
- b) Administrativos: Divididos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

6. TRANSFERÊNCIAS

6.1) Transferências efetuadas no exercício

Esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo

Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, seja por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. DECLARAÇÃO RELACIONADA ÀS INFORMAÇÕES DO SIASG E SICONV

Encontra-se apresentada no Anexo I.

8. INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Encontram-se apresentadas no Anexo II.

9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: a UJ utilizou a pesquisa qualitativa baseada na observação para analisar e julgar as assertivas apresentadas.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.	
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.	
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.	
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.	
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.	

10. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<i>Apenas na adoção do papel reciclado</i>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<i>n/a</i>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<i>Ainda não é possível avaliar</i>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<i>Papel reciclável.</i>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	<i>n/a</i>				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		x			
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<i>Foram feitas DL para recargas de cartuchos de impressão</i>				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			x		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			x		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	x				
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha	<i>n/a</i>				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<i>Carbono Neutro (plantação de árvores)</i>				
<i>Considerações Gerais:</i> O questionário foi respondido individualmente pelo responsável pelo setor de licitações e contratos, o qual tem conhecimento da maioria dos processos de contratações realizados					
<u>LEGENDA</u>					
<i>Níveis de Avaliação:</i>					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF MS	16	16
	Campo Grande	5	5
	Corumbá	2	2
	Dourados	3	3
	Ladário	1	1
	Navirai	1	1
	Ponta Pora	2	2
	Três Lagoas	2	2
Total (Brasil)		16	16

Fonte:SPIUNET

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor ¹ Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200354	9051.00014.500-2	13	REGULAR	n/d	31/12/2000	1.697.916,44	283.716,67	-
200354	9051.00029.500-4	13	REGULAR	808.151,39	10/06/2010	1.226.330,87	-	-
200354	9051.00061.500-9	11	REGULAR	149.047,84	10/09/2007	149.047,84	-	-
200354	9051.00063.500-0	13	REGULAR	42.566,81	14/02/2000	42.566,81	-	-
200354	9051.00064.500-5	13	REGULAR	45.618,51	14/02/2000	42.566,81	-	-
200354	9063.00005.500-7	13	BOM	n/d	28/04/2000	141.012,11	58.612,86	-
200354	9063.00207.500-5	13	BOM	275.000,00	13/12/2007	275.000,00	-	-
200354	9073.00096.500-0	13	REGULAR	303.049,76	22/02/2002	303.049,76	963,46	-
200354	9073.00114.500-7	13	REGULAR	229.934,67	22/02/2002	229.934,67	-	-
200354	9073.00144.500-0	13	REGULAR	64.000,00	16/08/2004	64.000,00	-	-
200354	9103.00051.500-0	13	REGULAR	31.099,70	22/06/2004	129.591,25	-	-
200354	9113.00022.500-0	13	BOM	9.178,56	30/06/2000	9.178,56	85.900,79	-
200354	9131.00018.500-6	13	REGULAR	141.866,30	31/12/2000	141.355,25	8.863,60	-
200354	9131.00286.500-4	13	REGULAR	862.337,10	04/11/2008	862.337,10	-	-
200354	9165.00112.500-1	13	BOM	26.400,00	04/04/2001	26.400,00	50.541,10	-
200354	9165.00114.500-2	13	BOM	20.397,00	04/04/2001	20.397,00	-	-
Total							488.598,48	-

Fonte: SPIUNET

¹ Os campos em branco não apresentavam informação sistema.

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

As principais medidas quanto à gestão do patrimônio de bens imóveis é a realização de manutenção preventiva e reativa nos mesmos para deixá-los em condição de uso. Tal fato decorre da idade dos imóveis.

12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	11				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Serviços = 55% Bens = 3%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Questionário respondido em conjunto pelos servidores lotados no NTI/SR/DPF/MS					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Unidade Gestora: 200355			Limite de Utilização da UG			
SF Siafi ¹	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
1 – PV	Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	1.859,40	0,00	1.859,40	1.859,40
8 – REE	Marilza Aparecida Bezerra Moreira	529.006.651-91	1.342,53	626,00	716,53	1.342,53
11 – PV	Zoroastro Barbosa Passos	551.334.016-04	3.134,12	710,00	2.424,12	3.134,12
29 – REE	Mateus Tamburi Maciel de Pontes	250.601.538-86	1.094,38	0,00	1.094,38	1.094,38
36 – REE	André Pereira Crespo	077.280.137-18	1.050,00	1.050,00	0,00	1.050,00
37 – PV	Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	2.969,54	0,00	2.969,54	2.969,54
38 – REE	Marilza Aparecida Bezerra Moreira	529.006.651-91	2.202,76	575,00	1.627,76	2.202,76
49 – PV	Alexandre Pires Dias Teixeira	043.071.067-41	2.196,20	0,00	2.196,20	2.196,20
50 – PV	Celso Alvarenga Arakaki	800.913.341-87	2.105,22	0,00	2.105,22	2.105,22
51 – REE	André Pereira Crespo	077.280.137-18	6.080,00	6.080,00	0,00	6.080,00
54 – REE	Marilza Aparecida Bezerra Moreira	529.006.651-91	1.355,37	700,00	655,37	1.355,37
VS	Núcleo de Inteligência Policial (NIP)	Caráter Sigiloso	250.265,09	236.957,34	13.307,75	250.265,09
<i>Sub-Total utilizado pela UG</i>				246.698,34	28.956,27	275.654,61
Total utilizado pela UG						275.654,61
Total utilizado pela UJ						275.654,61

¹PV: Pequeno Vulto

REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

UG 200355					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade ¹	Valor (a)	Quantidade ¹	Valor (b)	(a+b)
2008		95.855,00		16.588,21	112.443,21
2009		184.045,36		36.437,72	220.483,08
2010		246.698,34		28.956,27	275.654,61

¹ não foi possível extrair os quantitativos

14. INFORMAÇÕES SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica a esta UJ.

15. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

Não ocorreram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício de 2010.

16. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Não ocorreram recomendações da OCI a serem atendidas no exercício de 2010.

RESULTADOS E CONCLUSÕES


As principais ações desenvolvidas no exercício de 2010 encontram-se apresentadas na introdução e nos anexos V e VI.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos relacionam-se diretamente à escassez de efetivo, sendo que a situação é agravada no que concerne ao quadro de servidores da área-meio (servidores administrativos), além da pequena dotação orçamentária destinada a esta Regional e consequente escassez de recursos financeiros. A fim de mitigar a escassez de pessoal são realizados recrutamentos dentro do DPF a fim de atender as áreas que mais necessitam de apoio. Quanto à dotação insuficiente, esta administração tem envidado esforços na economia de todos os contratos firmados com fornecedores, realocando, quando possível, os poucos recursos às necessidades mais prementes.

Frente a estas dificuldades, pouco se tem a fazer diferente do que já é feito atualmente, sendo que as principais ações para o exercício de 2011 encontram-se apresentadas na Introdução. Ressalte-se que as novas restrições orçamentárias impostas para o exercício de 2011, principalmente sobre viagens, que impactam diretamente em nossa atividade fim, exigem uma racionalização ainda maior das ações administrativas e policiais.

ANEXOS

ANEXO I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº
107/2010


DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):			Código das UGs:
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.			200354 e 200355
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso do Sul estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande	Data	23 de março de 2011
Responsável	Marcelo Ricardo Haupenthal 	Matrícula nº	11707

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

DECLARO, para em cumprimento ao previsto no Art. 4º, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendas relativa ao exercício de 2.010, ano base 2009, na forma da Lei 8.730/93.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2011.


DAGOBERTO OASK GRANDINETTI LEMES
Chefe do Setor de Recursos Humanos do DPF/MS

ANEXO III - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM 1 DA PARTE B
DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO MS - SR/DFP/MS	200554 - 200555
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável:	
GLADSTON GUILMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8



Mapa Estratégico

VISÃO:

Tornar-se referência mundial em Ciência Policial

MISSÃO:

Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o Estado Democrático de Direito

Cientes e Resultados

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o poder público

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar

Processos Internos

Conferir efetividade à prestação de serviços à sociedade

Preservar a ética e atuar na defesa dos direitos humanos
Manter a ordem por meio de controle e fiscalização efetivos

Reduzir a criminalidade organizada

Prevenir e reprimir a criminalidade com inteligência e rigor
Apresentar excelência na qualidade da prova
Estruturar-se para atuar em grandes eventos
Aperfeiçoar os mecanismos e os procedimentos de investigação criminal

Qualificar-se como instituição pública-modelo no desenvolvimento sustentável do país

Atuar com transparência e responsabilidade socioambiental
Manter a confiança e a credibilidade da população

Aprendizado e Crescimento

Prover a tecnologia da polícia do futuro

Valer-se da vanguarda científica e tecnológica no cumprimento de sua missão
Potencializar a segurança e a qualidade das informações e telecomunicações

Somar esforços no desenvolvimento da segurança pública

Construir alianças estratégicas no âmbito nacional e internacional
Formar parcerias efetivas e de longo prazo

Otimizar o emprego dos bens e recursos materiais

Amplicar as instalações e modernizar a infraestrutura
Racionalizar a logística policial

Tornar-se referência de gestão moderna e atuante

Fortalecer a cultura estratégica organizacional
Disseminar o conhecimento em todos os campos do saber
Avaliar permanentemente o desempenho institucional
Desenvolver estudos avançados em ciências policiais

Estabelecer-se como centro de excelência em gestão de pessoas

Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação
Formar lideranças, desenvolver competências e reter talentos
Transmitir valores e comprometimento funcional aos servidores
Reconhecer o mérito e valorizar o profissional

Orçamento e Finanças

Alinhar a proposta orçamentária ao planejamento estratégico

Maximizar a administração dos recursos financeiros
Garantir a eficiência na execução orçamentária

ANEXO V - RESULTADOS DAS AÇÕES DA DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA

D E L E F A Z							
	CAMPO GRANDE	CORUMBÁ	DOURADOS	NAVIRAÍ	PONTA PORÁ	TRÊS LAGOAS	TOTAL
1. INQUÉRITOS							
Por Flagrante	59	15	60	49	43	25	251
Por Portaria	181	66	95	109	211	94	756
Total Instaurados	240	81	155	160	254	119	1009
Relatados	425	117	175	106	31	116	970
Em Andamento		15	1673	1238	223	486	3635
2. PESSOAS							
Presas	117	23	64	93	50	38	385
Indiciadas	205	32	85	98	50	48	518
3. BENS APREENDIDOS							
Aeronaves (un)	0	0	0	0	0	0	0
Agrotóxicos (kg)	0	0	545,1	2575	0	59,5	3179,6
Agrotóxicos (Lt)	0	0	0	296	0	0	296
Valores (dólar)	\$0,00	\$460,00	\$0,00	\$5.000,00	\$0,00	\$0,00	\$5.460,00
Cédula falsa (un)	275	122	323	0	827	211	1758
Celulares (un)	171	6	999	280	5	10	1471
Cigarros(carteiras)	301759	788	2509550	14628012	265680	2487540	20193329
Eletrônicos (un)	521	17	390	1183	1	11	2123
Embarcações (un)	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas Agrícolas (un)	0	0	0	0	0	0	0
Valores (euro)	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00	€ 0,00
Valores (reais)	R\$ 287.368,65	R\$ 2.273,00	R\$ 258.894,00	R\$ 76.283,00	R\$ 15.371,00	R\$ 110.916,00	R\$ 751.105,65
Veículos(un)	55	6	48	109	19	49	286
5. OPERAÇÕES REALIZADAS	0						0
D E L E M I G							
1. INQUÉRITOS DE EXPULSÃO							
Total Instaurados	7	0	0	0	7	1	15
Relatados	9	5	0	0	6	1	21
Andamento	1	0	0	0	8	96	105
Expulsões efetivadas	4	0	0	0	1	0	5
2. ORDENS DE MISSÃO							
Expedidas	92	0	3	0	0	9	104
Relatadas	85	0	3	0	0	9	97
3. MULTAS							
Aplicadas	211	0	16	0	133	5	365
Reconsideradas	1	0	0	0	6	1	8
Pagas de Auto de Infração	65	0	3	0	48	4	120
Pagas Empresas Brasileiras	0	0	0	0	0	0	0
Pagas Empresa Transporte Internacional	0	0	0	0	0	0	0
Pagas Entidade De Adoção Internacional	0	0	0	0	0	0	0
ARRECADAÇÃO (R\$)	11214,14	R\$ 0,00	R\$ 1.655,50	R\$ 0,00	R\$ 54.817,03	R\$ 662,21	R\$ 68.348,88
4. PESSOAS							
Autuadas	211	0	8	0	0	3	222
Notificadas	90	0	4	0	0	0	94
Presas em flagrante	6	0	0	0	0	0	6
Presas temporária	0	0	0	0	0	0	0
Presas preventiva	0	0	0	0	0	0	0
Presas com mandado de prisão	1	0	0	0	0	0	1
Deportadas	0	0	0	0	0	0	0
Extraditada	0	0	0	0	0	0	0
Expulsas	4	0	0	0	0	0	4
Indiciadas	0	0	0	0	0	0	0
5. CONTROLE MIGRATÓRIO							
Entrada de estrangeiro	1580	0	0	0	14997	0	16577
Saída de estrangeiros	1790	0	0	0	12855	0	14645
Entrada de brasileiros	5248	0	0	0	0	0	5248
Saída de brasileiros	6402	0	0	0	0	0	6402
Entrada de aeronave	212	0	0	0	0	0	212
Saída de aeronave	211	0	0	0	0	0	211

	CAMPO GRANDE	CORUMBÁ	DOURADOS	NAVIRAÍ	PONTA PORÃ	TRÊS LAGOAS	TOTAL
Aeronaves vistoriadas	14	0	0	0	0	0	14
Entrada de embarcações	0	0	0	0	0	0	0
Saída de embarcações	0	0	0	0	0	0	0
Entradas negadas	0	0	0	0	287	0	287
Formulários Incluídos	1	0	0	0	0	0	1
Impedimento de Desembarque	3	0	0	0	0	0	3
Impedimento de Embarque	5	0	0	0	0	0	5
Cadastro Empresa Transporte Internacional	0	0	0	0	0	0	0
Cadastro Entidade adoção Internacional	0	0	0	0	0	0	0
Translado de cadáver	0	0	0	0	0	0	0
Documento retido	0	0	0	0	0	0	0
Tarjetas inclusas	0	0	0	0	14997	0	14997
Tarjetas emitidas	0	0	0	0	14997	0	14997
Passageiro armado	2487	0	0	0	0	0	2487
Estrangeiro Repatriado	0	0	0	0	0	0	0
ARRECADAÇÃO (R\$)	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
6. PASSAPORTES							
Comum expedido	8532	0	0	382	353	882	10149
Taxa em dobro	0	0	0	3	0	0	3
Urgente	23	0	0	0	1	1	25
Emergência	79	0	0	0	2	0	81
Para estrangeiro	0	0	0	0	0	0	0
Laissez-Passer expedido	7	0	0	0	0	0	7
Extraviado	0	0	0	1	0	0	1
Inutilizado	2	0	0	0	0	0	2
Cancelado por Fraude	0	0	0	0	0	0	0
Cancelado por Decurso de Prazo	20	0	0	7	0	23	50
Cancelado por Erro de Ofício	17	0	0	4	0	41	62
Recuperado	0	0	0	0	0	0	0
Para Criança Adotada	3	0	0	0	0	0	3
quantitativo mensal	4431	0	0	0	0	0	4431
ARRECADAÇÃO (R\$)	1402632,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.086,95	R\$ 55.699,93	R\$ 128.913,82	R\$ 1.647.332,89
7. SERVIÇO DE ESTRANGEIRO							
Pedido de permanência-inexpulsável	100	0	57	9	111	6	283
Pedido de permanência-reunião familiar	7	0	0	0	0	1	8
Pedido naturalização comum	11	0	1	0	2	0	14
Pedido naturalização extraordinária	7	0	1	0	0	0	8
Naturalização provisória	0	0	1	0	0	0	1
Registro de estrangeiro	336	0	80	9	91	40	556
Restabelecimento. de registro	0	0	14	0	0	2	16
1ª via carteira estrangeiro emitida	258	0	120	10	86	37	511
2ª via carteira estrangeira emitida	7	0	4	0	8	2	21
Carteira de Identidade acordo Brasil x Argentina	0	0	0	0	0	0	0
Carteira Identidade acordo Mercosul	82	0	0	0	5	0	87
Recadastramento	8	0	0	0	16	0	24
Recadastro extemporâneo (r\$124,23)	0	0	0	0	0	0	0
Recadastro extemporâneo (r\$183,01)	0	0	0	0	0	0	0
Reconsideração de despacho	0	0	0	0	1	0	1
Republicação de despacho	1	0	0	0	0	0	1
Fronteiriço	4	0	2	1	132	0	139
Prorrogação estada turista	211	0	37	0	0	7	255

	CAMPO GRANDE	CORUMBÁ	DOURADOS	NAVIRAÍ	PONTA PORÃ	TRÊS LAGOAS	TOTAL
Prorrogação estada provisório	0	0	2	0	0	1	3
Prorrogação estada temporário	39	0	7	17	0	2	65
Atualização de endereço	139	0	0	0	16	23	178
Sindicância permanência	39	0	0	0	0	9	48
Sindicância naturalização	15	0	0	0	0	0	15
Certidão ctps e cpf	523	0	0	1	17	225	766
Termo de declarações	0	0	0	1	0	0	1
Cancelamento Registro por perda permanência	0	0	0	0	0	0	0
Cancelamento Registro por naturalização	0	0	0	0	0	0	0
Cancelamento de registro de óbito	70	0	0	0	0	0	70
Subst. carteira	90	0	0	0	0	0	90
Subst. Carteira-idosos	16	0	0	0	0	7	23
Extravio identidade estrangeiro	0	0	0	0	0	0	0
Transformação de visto	17	0	0	1	0	0	18
Alteração de assentamento	5	0	0	0	0	0	5
certidão de Estada Legal	487	0	0	0	0	0	487
Pedido certidão negativa naturalização	0	0	0	0	0	0	0
Pedido de igualdade de direito	3	0	0	0	0	0	3
Pedido de refúgio/acnur	14	0	0	0	0	0	14
Pedido de restituição de taxa	14	0	0	0	0	0	14
Impedimento de registro	0	0	0	0	0	0	0
ARRECADAÇÃO (R\$)	106543,69	R\$ 0,00	R\$ 30.947,89	R\$ 3.943,52	R\$ 44.197,65	R\$ 9.470,07	R\$ 195.102,82
TOTAL GERAL		R\$ 0,00	R\$ 32.603,39	R\$ 64.030,47	R\$ 154.714,61	R\$ 139.046,10	R\$ 390.394,57
D E L I N S T							
1. INQUÉRITOS							
Por Flagrante	6	4	12	2	1	1	26
Por Portaria	26	3	23	7	30	2	91
Total Instaurados	32	3	35	9	31	2	112
Relatados	30	20	27	17	7	13	114
Em Andamento	808	1	391	237	24	60	1521
2. PESSOAS							
Presas	16	4	1	3	1	1	26
Indiciadas	40	1	30	1	1	0	73
3. SEGURANÇA DIGNITÁRIO							
	13	0	1	0	0	0	14
4. OPERAÇÕES REALIZADAS							
	4	0	0	0	0	0	4
D E L E P R E V							
1. INQUÉRITOS							
Flagrante	3	0	9	0	0	0	12
Portaria	28	0	10	5	152	12	207
Total Instaurados	31	0	18	5	152	12	218
Relatados	44	5	13	9	7	11	89
Em Andamento	351	0	198	54	145	117	865
Inquirições	286	0	45	0	0	0	331
Perfícias Requisitadas	23	0	0	0	0	0	23
Catas Precatórias expedidas	70	0	7	0	0	0	77
Catas Precatórias atendidas	0	0	2	0	0	0	2
2. PESSOAS							
Presas	3	0	0	0	0	0	3
Indiciadas	34	0	9	0	0	1	44
3. OPERAÇÕES REALIZADAS							
	0	0	0	0	0	0	0
D E L E M A P H							
1. INQUÉRITOS							
Flagrante	2	1	0	0	1	0	4
Portaria	19	18	3	2	5	7	54

	CAMPO GRANDE	CORUMBÁ	DOURADOS	NAVIRAÍ	PONTA PORÃ	TRÊS LAGOAS	TOTAL
Total Instaurados	21	8	3	2	6	7	47
Relatados	3	38	1	3	2	12	59
Em Andamento	18	24	58	38	4	135	277
Inquirições	94	0	13	0	0	0	107
Perícias Requisitadas	13	0	3	0	0	0	16
Catas Precatórias expedidas	24	0	1	0	0	0	25
Catas Precatórias atendidas	18	0	4	0	0	0	22
2. PESSOAS							
Presas	1	4	0	0	0	0	5
Indiciadas	2	0	1	2	0	3	8
3. OPERAÇÕES REALIZADAS							
	0	1	0	0	0	0	1
D E L E S P							
1. VISTORIAS REALIZADAS							
Agências Bancárias	173	14	10	27	0	20	244
Empresas	10	10	3	2	0	10	35
Veículos Especiais	47	6	12	0	0	0	65
Em Eventos	12	1	0	0	0	0	13
2. NOTIFICAÇÕES							
Bancos	9	12	6	4	0	5	36
Empresas	2	12	47	5	0	1	67
Auto de Infração Empresas	12	10	26	0	0	1	49
Encerramento Clandestinas	5	3	6	0	0	0	14
Encerramento Registradas	0	0	0	0	0	0	0
Em Andamento	0	4	17	0	0	1	22
Processos Instaurados	333	10	9	18	0	0	370
Pareceres Conclusivos	21	2	71	10	0	0	104
CNV Requeridas	1259	0	99	0	0	3	1361
Autorização Transporte arma/Munição	187	4	59	2	0	0	252
Certificado de formação	947	0	204	0	0	0	1151
Armas Arrecadadas	0	0	9	0	0	0	9
Ocorrências com Armas	10	0	2	0	0	1	13
3. ARRECADAÇÃO							
Bancos	R\$ 174.512,50	R\$ 14.920,00	R\$ 10.641,00	R\$ 9.576,90	R\$ 0,00	R\$ 59.587,70	R\$ 269.238,10
4. ARRECADAÇÃO							
Empresas	R\$ 67.249,73	R\$ 5.008,52	R\$ 18.024,95	R\$ 106,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.389,61
5. TOTAL							
	R\$ 241.762,23	R\$ 19.928,52	R\$ 28.665,95	R\$ 9.683,31	R\$ 0,00	R\$ 59.587,70	R\$ 359.627,71

ANEXO VI - RESULTADOS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PLANO DE METAS DO ANO 2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

RESULTADOS DAS AÇÕES EM RELAÇÃO AO PLANO DE METAS DO ANO 2010

I – METAS POLICIAIS

ÍTE M	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
1	Superar o número de IPL's instaurados no ano de 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e suas descentralizadas. (2.366)	Indicador de eficácia quanto ao controle da criminalidade no Estado, no que concerne aos crimes de competência do DPF	SR e DPFs/MS	Intensificar as ações da atividade-fim através da otimização da atividade-meio.	NÃO ATINGIDA – Em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram instaurados 2.366 inquéritos policiais. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram instaurados 2.198 inquéritos policiais. Avaliação: A aplicação de novas tecnologias aliada a novas metodologias procedimentais na condução das investigações redundam na potencial diminuição da quantidade de Inquéritos Policiais instaurados, através da reunião, quando possível, de fatos jurídicos correlatos em um único apuratório, contribuindo com a otimização de recursos humanos, dos gastos com materiais e conseqüentemente, com a otimização da atividade judiciária. Como exemplo, é o caso do crime de moeda falsa. A tendência é que o resultado comparativo entre um exercício e outro não represente indicador de produtividade, vez que, justamente em decorrência de processos mais eficientes, são otimizados os resultados. Assim, não mais se justifica a manutenção de tal quesito como meta nos próximos planos.
2	Superar o número de IPL's relatados em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e suas descentralizadas. (2.091)	Indicador de eficiência e celeridade nas instruções relativas aos IPL's instaurados.	SR e DPFs/MS	Promover maior agilidade na conclusão dos inquéritos.	ATINGIDA – Em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram relatados 2.091 inquéritos policiais. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, foram relatados 2.762 inquéritos policiais.
3	Diminuir a quantidade de inquéritos policiais em andamento, em relação ao encerramento do exercício de	Indicador de maior celeridade na condução dos procedimentos instaurados.	SR e DPFs/MS	Promover maior agilidade na conclusão dos inquéritos.	ATINGIDA – Em 2009, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 2.911 inquéritos policiais em andamento. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas,

	2009, no âmbito da SR/DPF/MS e suas descentralizadas. (2.911)				o ano foi encerrado com 1.848 inquéritos policiais em andamento.
4	Diminuir a quantidade de laudos periciais pendentes de conclusão, em relação ao encerramento do exercício de 2009. (434)	Indicador de maior celeridade nas atividades periciais, possibilitando maior solidificação do conteúdo probatório dos procedimentos instaurados.	SETEC e UTEC/DRS	Otimizar as atividades periciais.	ATINGIDA – Ao encerramento do ano de 2009, restavam pendentes de conclusão 434 Laudos Periciais. Em 2010, no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas, o ano foi encerrado com 144 Laudos Periciais pendentes de conclusão.
5	Superar as apreensões de Maconha, em relação ao exercício de 2009 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. (45.483.184,32 gramas)	Indicador de eficiência no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes	DRE e DPFs/MS	Intensificar ações policiais.	NÃO ATINGIDA – Em de 2009, foram apreendidos 45.483.184,32 gramas de maconha. Em 2010, foram apreendidos 35.662.637,48 gramas. Considerações: As Operações Nova Aliança desenvolvidas com pleno êxito em território paraguaio ao longo dos anos anteriores, com o objetivo de erradicar plantios de maconha, redundaram na diminuição da produção da droga, acarretando diminuição da oferta e aumento do preço.
6	Superar as apreensões de Cocaína, em relação ao exercício de 2009 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. (2.517.637,50 gramas)	Indicador de eficiência no combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes	DRE e DPFs/MS	Intensificar ações policiais.	ATINGIDA – Em de 2009, foram apreendidos 2.517.637,50 gramas de cocaína. Em 2010, foram apreendidos 3.151.926,73 gramas.
7	Superar o quantitativo de armas apreendidas em relação ao exercício de 2009 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. (487 armas)	Indicador de eficiência no combate ao tráfico ilícito de armas	DELEARM e DPFs/MS	Intensificar ações policiais.	NÃO ATINGIDA – Em de 2009, foram apreendidas 487 armas. Em de 2010, foram apreendidas 235 armas.
8	Superar o quantitativo de munições apreendidas em relação ao exercício de 2009 no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas. (814 munições)	Indicador de eficiência no combate ao tráfico ilícito de munições	DELEARM e DPFs/MS	Intensificar ações policiais.	ATINGIDA – Em de 2009, foram apreendidas 814 munições. Em de 2010, foram apreendidas 29.111 munições.

II – METAS ADMINISTRATIVAS

ÍTE M	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
1	Dar continuidade a eventos de aprimoramento dos servidores no âmbito da SR/DPF/MS e descentralizadas, através da	Fator de otimização dos meios através da formação dos servidores.	SR/DPF/MS e T&D	Iniciativa da Administração local e gestões junto à ANP/DPF visando a disponibilização de	ATINGIDA – Em de 2010 foram propiciados aos servidores: 06 (seis) cursos de treinamento e desenvolvimento; 05 (cinco) cursos de reciclagem promovidos pela SR/DPF/MS;

	realização de cursos, palestras e simpósios.			multiplicadores de conhecimentos.	03 (tres) cursos EAD/SENASP/ANP.
2	Realizar gestões visando ao aumento do efetivo policial da SR/DPF/MS e das descentralizadas, em relação ao existente quando do encerramento do exercício de 2009. (423 policiais)	Fator de adequação do quantitativo de efetivo face a demanda de atividades.	SR/DPF/MS	Gestões junto a Direção-Geral do DPF	ATINGIDA – Em de 2009 encerramos o ano contando com 423 policiais no Estado. Em 2010 encerramos o ano com 450 policiais.
3	Realizar gestões visando ao aumento do efetivo do Plano Especial de Cargos da SR/DPF/MS e das descentralizadas, em relação ao existente quando do encerramento do exercício de 2009. (71 servidores)	Fator de adequação do quantitativo de efetivo face a demanda de atividades.	SR/DPF/MS	Gestões junto a Direção-Geral do DPF	ATINGIDA – Apesar de reiteradas exposições acerca da carência de efetivo do Plano Especial de Cargos à Direção-Geral, não foram realizados certames seletivos por concurso público para o preenchimento de vagas. Em de 2009, contávamos com 71 servidores do Plano Especial de Cargos. Em 2010, contamos com 71 servidores.
4	Realizar gestões visando a capacitação de servidores para composição de Comissões de Processos Disciplinares.	Necessidade de servidores preparados para o desempenho de tais funções.	SR/DPF/MS	Realizar gestões junto á COGER	ATINGIDA – Em 2010 foram realizados Cursos de capacitação e atualização em Procedimentos Disciplinares sob a égide da COGER/DPF.
5	Reiterar gestões visando a implantar o Serviço Social e Psicológico na Regional.	Melhorar a qualidade geral de vida e a capacidade laboral dos servidores.	SR/DPF/MS	Realizar gestões junto á DGP	ATINGIDA - Foi expedido o ofício nº 10.517/2008-GAB/SR/DPF/MS dirigido ao Sr. Diretor de Gestão de Pessoal-DGP/DPF, solicitando a lotação de Assistente social e Psicólogo, com vistas a propiciar a implantação de setor específico. Se encontra em tramitação processo de remoção de servidor Assistente Social lotado na SR/DPF/PB para esta Regional.
6	Dar continuidade à promoção gestões e ações visando a adoção de medidas preventivas no que concerne a saúde e pró-ativas no que concerne à qualidade de vida dos servidores lotados no âmbito desta Regional e Descentralizadas – Semanas da Saúde.	Melhorar a qualidade geral de vida e a capacidade laboral dos servidores.	SR/DPF/MS	Realizar gestões junto á DGP	ATINGIDA – Foi implementado pela Direção-Geral da Polícia Federal o Programa de Avaliação Clínica Periódica.
7	Realizar gestões junto à Concessionária de telefonia com vistas à configuração e pleno funcionamento das novas centrais telefônicas instaladas nas delegacias descentralizadas.	Foram adquiridas centrais telefônicas digitais, as quais dependem de configurações específicas.	NTI SELOG	Gestões junto a empresa de telefonia para viabilizar o funcionamento das centrais telefônicas.	ATINGIDA – Foi realizada a configuração e se encontram em pleno funcionamento as novas centrais telefônicas instaladas nas delegacias descentralizadas e na Sede desta Regional.
8	Realizar gestões junto à	Em razão do reduzido efetivo	SELOG	Gestões de crédito	PARCIALMENTE ATINGIDA – Apesar da necessidade de termos

	COF/DLOG com vistas a dotação orçamentária de modo a viabilizar a ampliação dos postos de vigilância patrimonial terceirizada.	tal medida viria a desonerar os servidores policiais para otimizar os trabalhos operacionais.		orçamentário e financeiro e efetivação dos contratos.	aumentado o número de postos de vigilância patrimonial terceirizada e das consultas formuladas junto a COF/DLOG, em virtude dos contingenciamentos afetos a dotação orçamentária do DPF não foi possível atingirmos o objetivo.
9	Elaboração de projeto para ampliação/reforma da delegacia de Ponta Porã.	A falta de espaço para os servidores desempenharem as funções.	SELOG	Elaboração de projeto e alocação de recursos junto a DLOG.	ATINGIDA – O projeto básico elaborado já foi incluído no PLANO/DLOG/DPF e se encontra aguardando a respectiva dotação orçamentária visando sua execução.
10	Dar prosseguimento às gestões visando a construção do centro de instrução para os policiais que atuam no Pantanal – CIAPA/PANTANAL.	Necessidade de treinamento do efetivo em razão das diversas operações que são realizadas no Pantanal.	SELOG	Elaboração de Projeto básico para a construção do Centro Integrado de Polícia Ambiental – CIAPA, além de solicitar e obter a destinação de orçamentário e financeiro para o início das obras e a realização do respectivo certame licitatório.	ATINGIDA – As gestões com vistas à construção do CIAPA Pantanal estão realizadas e os procedimentos em curso. Foi elaborado o respectivo Anteprojeto e encaminhado à DLOG/DPF. Para a construção das instalações físicas, foi obtido madeiramento junto ao IBAMA no ano de 2009. No mesmo ano solicitamos os recursos financeiros necessários para o transporte do madeiramento para esta Capital, cujos valores ainda não foram liberados pela COF/DLOG/DPF. A utilização do madeiramento disponibilizado no ano de 2009 talvez já não seja indicado para utilização na construção do CIAPA, devendo ser novamente apreciado o seu estado de conservação. Seguindo instruções da DLOG/DPF o projeto básico para a construção do CIAPA/Pantanal será elaborado pela DEOB/DLOG/DPF.
11	Implantação de coleta seletiva de lixo na SR e nas Delegacias descentralizadas.	Cumprimento de determinação do Ministério do Planejamento	SELOG	Instalação de lixeiras específicas para permitir a coleta seletiva.	ATINGIDA – Foi implementada coleta seletiva de lixo.
12	Elaborar projeto básico e executivo visando a construção da nova Delegacia de Ponta Porã/MS.	O prédio atual não atende mais as necessidades do serviço da instituição. A falta de espaço físico tem comprometido as atividades policiais na região de fronteira.	SELOG	Disponibilizar engenheiros do GTED para a confecção dos projetos.	ATINGIDA – Seguindo instruções da DLOG/DPF o projeto básico para a construção nova Delegacia de Ponta Porã/MS será elaborado pela DEOB/DLOG/DPF.
13	Elaborar projeto básico e executivo visando a construção da nova Delegacia de Corumbá/MS	O prédio atual não atende mais as necessidades do serviço da instituição. A falta de espaço físico tem comprometido as atividades policiais na região de fronteira.	SELOG	Disponibilizar engenheiros do GTED para a confecção dos projetos.	ATINGIDA – Seguindo instruções da DLOG/DPF o projeto básico para a construção nova Delegacia de Ponta Porã/MS será elaborado pela DEOB/DLOG/DPF.
14	Realizar gestões visando promover a instalação de sistema de segurança eletrônica, através de sistemas de câmeras e interfones, em	Necessidade de aprimoramento dos sistemas de segurança em todas as descentralizadas.	SELOG	Apresentar projeto a CGPRE/DCOR/DPF e ANP demonstrando a necessidade.	PARCIALMENTE ATINGIDA – De acordo com a disponibilidade orçamentária foi possível realizar plenamente a meta no que concerne às descentralizadas em Dourados e Naviraí.

	todas as descentralizadas.				
15	Realizar gestões com vistas a alocação de recursos financeiros para a reforma do Telhado da Sede desta Regional.	Necessidade de adequação física das instalações.	SELOG	Gestões junto à COF/DLOG.	ATINGIDA – Em 2010 foi reformado o telhado da Sede desta Regional.
16	Elaborar projeto básico e executivo visando a adaptação de espaço para abrigar depósito de munições na Sede da Regional	Necessidade de adequação física das instalações.	SELOG	Elaborar projeto básico e executivo e promover Gestões junto a DLOG para angariar recursos necessários à execução do projeto.	ATINGIDA – Não houve necessidade de elaboração de projeto para a adaptação de espaço para abrigar depósito de munições na Sede da Regional. O local já está disponível na própria estrutura física existente e será implementada a instalação no ano de 2011.
17	Elaborar projeto básico e executivo visando a adaptação de espaço para abrigar depósito de documentos na Sede da Regional	Necessidade de adequação física das instalações.	SELOG	Elaborar projeto básico e executivo e promover Gestões junto a DLOG para angariar recursos necessários à execução do projeto.	ATINGIDA – Em reunião de cunho administrativo restou decidido quanto a não adaptação de espaço para abrigar depósito de documentos na Sede da Regional, mas sim, quanto a construção de um galpão anexo a esta Regional, cuja construção irá abrigar o depósito de documentos e um almoxarifado.

III – METAS INSTITUCIONAIS

ÍTE M	META	JUSTIFICATIVA	EXECUTOR	AÇÃO	ATINGIDAS OU NÃO
1	Realizar, periodicamente, reuniões com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias da Regional e de suas descentralizadas.	Fator de consolidação de chefia e liderança visando a padronização de ações e procedimentos	SR/DPF/MS	Realizar as reuniões	ATINGIDA – São realizadas reuniões periódicas com as Chefias de todos os Núcleos, Setores e Delegacias no âmbito da SR/DPF/MS e respectivas descentralizadas.
2	Realizar, periodicamente, reuniões com o efetivo da Regional e das descentralizadas.	Fator de interação e integração com o efetivo, visando a padronização de ações e procedimentos	SR/DPF/MS	Realizar as reuniões	ATINGIDA – São realizadas reuniões periódicas com o efetivo da Regional e respectivas descentralizadas.
3	Manter o estreitamente das relações com os demais Órgãos das esferas federal e estadual	Fator de otimização dos relacionamentos institucionais, facilitando ações conjuntas	SR/DPF/MS e DPFs/MS	Realizar visitas aos respectivos agentes públicos	ATINGIDA – No ano de 2010 foram mantidas as realizações de visitas institucionais aos demais Órgãos da Administração Pública Federal, de modo a propiciar a manutenção do estreitamento das relações em prol dos objetivos públicos comuns.
4	Realizar visitas periódicas as Delegacias descentralizadas	Fator de controle das atividades	SR/DPF/MS DREX DRCOR COR SELOG	Realizar as visitas.	ATINGIDA – São realizadas visitas periódicas às Delegacias descentralizadas.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2011

José Rita Martins Lara
Superintendente Regional